



**INFORMASSAN**

# GOVERNANÇA GLOBAL NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SUA CAPTURA CORPORATIVA: O QUE ESTÁ EM JOGO NA PERSPECTIVA DO BRASIL?



apoio:  
**IBIRAPITANGA**

## INTRODUÇÃO

O **InformaSSAN** é um documento de posição/comunicação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) sobre as temáticas abordadas nas oficinas celebrativas de 25 anos da entidade. Ao longo de 2023, foram realizadas quatro oficinas, nas quais foram abordados temas e desafios fundamentais para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no cenário nacional e internacional, são elas : **1) O Enfrentamento da fome com comida de verdade; 2) Governança Global na Área de Segurança Alimentar e Nutricional e sua captura corporativa: o que está em Jogo na perspectiva do Brasil?; 3) Comida é patrimônio: territórios do viver, produzir e comer; 4) Rumo À VI CNSAN.** Os InformaSSANs são baseados nas discussões das oficinas e buscam sintetizar o debate a partir de seus pontos principais, de forma a comunicar e se posicionar sobre os assuntos.

A Oficina Governança Global na Área de Segurança Alimentar e Nutricional e sua captura corporativa: o que está em Jogo na perspectiva do Brasil?” promovida pelo FBSSAN e o Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (ASUL) abordou um tema de grande importância para o presente cenário. A agenda pública de segurança e soberania alimentar e nutricional

(SSAN) no Brasil e no mundo vive um momento de grande risco de ser capturada por parte das grandes corporações privadas com fins lucrativos. Com isso, os sistemas alimentares não estão sendo pensados para promover alimentos sustentáveis e saudáveis pelos Estados para assegurar o direito humano à alimentação adequada (DHAA), mas em benefício dos interesses mais poderosos do sistema capitalista. Os esforços promovidos pela sociedade civil organizada, nesse sentido, tem sido na direção de defender, fortalecer e construir espaços de governança democrática cada vez mais inclusivos, diversos, equitativos e, especialmente, buscando a representatividade daqueles grupos da população mais vulneráveis à fome, à desnutrição e à insegurança alimentar.

Contando com a participação de Kota Mulanji (FBSSAN), Sofia Monsalve (Fian Internacional), Elisabetta Recine (Consea) e Saulo Ceolín (MRE), a oficina abordou a participação do Brasil no Conselho de Segurança Alimentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); as ameaças e estratégias de captura corporativa da governança global; o papel da sociedade civil brasileira e a visão do Itamaraty sobre a governança global de SAN.

# 1

## A GOVERNANÇA GLOBAL DE SAN: AS AMEAÇAS AOS SISTEMAS ALIMENTARES

A realização da Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares da ONU, em setembro de 2021, e seus desdobramentos ao longo dos dois anos que a sucederam, jogou luzes sobre o processo de captura corporativa. É importante notar que esse fenômeno que tem impactado os sistemas alimentares (vide box na página 7) abarca elementos estruturais das políticas públicas, possui dimensões culturais e do imaginário social, tendo reflexos no cotidiano e, inclusive, da governança global.

O multipartismo (ou multi-stakeholderismo), marcado notadamente pelos interesses das corporações ocidentais, tem em seu cerne uma lógica artificial de que todos devem estar à mesa para combater a fome e promover sistemas alimentares saudáveis. As corporações e suas fundações, organizações e inclusive pesquisadores argumentam que o Estado é muito rígido, as regras e formas de atuação muito burocráticas. E, assim, elas justificam que é preciso ampliar os espaços de diálogo pois possuem conhecimento, poder e recursos.

Na área da governança global de agricultura e nutrição, pode-se observar velhos e novos atores como a Fundação de Bill e Melinda Gates, Aliança pela Revolução Verde na África (AGRA), Scaling Up Nutrition. Esses atores mantêm estreita ligação com o espaço como Fórum Econômico Mundial, do Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável. A atuação nessas novas plataformas cumpre, ainda, a função de ocultar a influência de corporações como Nestlé, Coca-Cola, Bayer, Monsanto, as corporações agroquímicas, que acabam se sentindo mais resguardadas do escrutínio público. Três mecanismos têm sido usados para aprofundar essa visão, a saber: a) a Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares, b) o Fórum Mundial da Alimentação da FAO e c) a Iniciativa de Alto Impacto para a Transformação dos Sistemas Alimentares. A criação dessas instâncias acabam por excluir, marginalizar, eclipsar as instituições como o Comitê de Segurança Alimentar (CSA)<sup>1</sup>.

Vamos analisar cada uma delas de forma breve. A Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares, por exemplo, criou

<sup>1</sup> Trata-se de comitê internacional de caráter intergovernamental criado em 1974 e reformado em 2009. Busca ser a plataforma de governança global de segurança alimentar e nutrição apoiado em uma perspectiva inclusiva e multilateral, e que tem o mandato de convergência de recomendações e orientações políticas, assim como de coordenação e análise da aplicação de políticas públicas na perspectiva intersetorial. Conheça mais em: <https://www.fao.org/cfs/en/>

um Centro de Coordenação que tem um orçamento duas vezes maior do que o orçamento do CSA. Foram criadas 28 coalizões<sup>2</sup> muito centradas na questão da tecnologia e digitalização, mas também em temas como programas de alimentação escolar, agroecologia e governança. No entanto, a natureza dessas coalizões é muito distinta e informal, dificultando a avaliação de suas agendas e impactos.

O Fórum Mundial da Alimentação é uma iniciativa da FAO, que se alinha à abordagem da Cúpula, e reflete o novo marco estratégico de ação baseada na perspectiva de cooperação mão-a-mão, para reunir investidores, corporações, ciências e os países que querem transformar os sistemas alimentares. A organização fala que o Fórum Mundial da Alimentação é independente e é a principal plataforma de participação para a juventude global. O trabalho com a juventude é fortemente centrado na ideia de incentivar o espírito de empresários, startups, digitalização. Porém, não há processos auto-organizados e autônomos da juventude. Há uma série de iniciativas relacionadas com a produção, tratamento e gestão de dados da alimentação da agricultura.

A Iniciativa de Alto Impacto para a Transformação dos Sistemas Alimentares, liderada pela FAO e composta pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) - o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tem

como objetivo oficial fortalecer e desenvolver as capacidades nacionais, para a transformação dos sistemas agroalimentares liderados e pertencentes aos países, que sejam adaptados ao contexto e adaptados às necessidades, no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Há uma percepção do Secretário-geral da ONU de que os ODS não serão alcançados, então a resposta para isso agora são estas iniciativas de alto impacto que abordem as questões da transformação dos sistemas alimentares, e deem grande ênfase em dados, em análises e na questão dos investimentos.

Percebe-se uma duplicação de espaços e atores, o que gera um problema de coordenação entre eles, já que não há controle intergovernamental. Todavia os órgãos de governo têm preferido participar de iniciativas como essas com a presença muito grande das corporações. A sociedade civil e populações indígenas em âmbito internacional compreendem que há uma erosão das conquistas. E um grave impacto é o fato do CSA não conseguir cumprir a sua função porque está bloqueado, os poderes agroexportadores bloquearam a ação do colegiado de dar uma resposta, por exemplo, à crise alimentar. Progressivamente estão substituindo mecanismos, instituições com algum grau de participação social e de prestação de contas, por mecanismos completamente informais controlados em sua maior parte por corporações.

---

<sup>2</sup> O Brasil participa formalmente em três das coalizões, são elas Coalizão de Ação sobre Dietas Saudáveis de Alimentos Sustentáveis para Crianças e Todos (HDSFS), Coalizão sobre Crescimento da Produtividade Sustentável para Segurança Alimentar e Conservação de Recursos e Coalizão da Alimentação Escolar

# 2

## A GOVERNANÇA REGIONAL DE SAN

A governança da segurança alimentar e nutricional nas várias regiões do mundo tem sido cada vez mais importante. O conceito (ver Box 1) pressupõe o envolvimento de todos os grupos de interesse nos processos decisórios seja nos organismos internacionais, nas políticas e planos seja nos blocos regionais e alianças políticas.

Se por um lado a governança regional apoia o fortalecimento de posições comuns entre os países no plano global, por outro lado, ela facilita a priorização e o fortalecimento de espaços equivalentes no plano nacional. Este é o caso do MSCPI na América Latina que permite que grupos da sociedade civil de distintos países da região cooperem em prol de incidir em agendas globais de SAN. Ou seja, ela serve de elo entre povos e governos dos países no plano global. Isto é o que ocorre com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) que apoia os países a criar conselhos nacionais para maior diálogo com suas sociedades e formularem suas políticas com base na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) para a realização progressiva do DHAA no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Assim, a governança regional congrega um grupo de países reunidos em torno de espaços e agendas comuns (ver Box 2). Nas relações internacionais, a constituição de blocos regionais têm habilitado uma decisão geopolítica estratégica e oferecido oportunidades para os governos pactuarem planos de ação conjunta e harmonizarem suas políticas públicas em determinados setores, muitas vezes por meio do intercâmbio de experiências e saberes técnicos e da projeção de boas práticas.

Os blocos regionais também oferecem às organizações da sociedade civil a oportunidade de reivindicarem sua participação em espaços de tomada de decisão, seja para incidir seja para monitorar os planos governamentais. A sociedade brasileira no presente tem conseguido estar presente em muitos desses espaços, seguindo a prática nacional com o CONSEA (vide infográfico abaixo com os distintos espaços e blocos regionais).



Então, o ideal de governança democrática tem feito parte de espaços regionais tão diversos quanto o CON-SAN-CPLP, a Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL, e tem suscitado discussão entre organizações da sociedade civil, às margens de Cúpulas Oficiais, com vistas a influenciar as tomadas de decisão governamentais. Isso foi o que se viu durante os Dialogos Amazônicos no âmbito da OTCA e ainda habilitou a reivindicação por mais participação na elaboração do Plano de SAN da CELAC.

Por meio desses espaços de governança regional, espera-se que a sociedade participe (em caráter consultivo ou deliberativo) tanto da proposta de marcos de ação quanto do controle social, monitorando e avaliando as iniciativas dos Estados.

Poderíamos falar também de blocos que não constituem regiões geográficas contíguas, mas que criam 'regiões' a partir de alianças políticas, como é o caso do Grupo dos 20 países emergentes (o G20) que conta com algumas estruturas para a participação da sociedade civil em grupos de engajamento tais como o C-20 (ou Civi-20) e o T20 (Think-20). Além disso, há tanto a Cúpula Social quanto o Foro Acadêmico dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que possibilita a incidência de think tanks dos países membros.

## BOX 1

### O que é Governança? Qual é sua relação com o governo e com a governabilidade?

Nas relações internacionais costuma-se usar a palavra **governança** para referir-se a **espaços que congregam distintos atores** (não apenas governos dos países e organismos intergovernamentais como o sistema ONU) para decisões sobre interesse comum. A governabilidade se refere à arquitetura institucional e às condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder (sistema político; forma de governo; relações entre poderes), colocando em evidência que pode se dar com maior ou menor abertura à participação social. Os governos, por sua vez, atuam no presente cenário internacional com base em padrões de articulação e cooperação entre países e com atores sociais e em arranjos institucionais que existem para coordenar e regular essas decisões ou concertações da política internacional (mecanismos de agregação e articulação de interesses - partidos políticos, grupos de pressão, redes sociais informais, etc.).

## BOX 2

### O que é uma região e qual sua importância para as relações internacionais?

Região pode assumir diferentes escalas na geografia, pode-se falar de uma região no interior do Brasil que congrega diferentes estados da federação (norte, nordeste, centro-oeste etc) ou no plano internacional integrada por diferentes países, como é o caso da região amazônica que, além dos estados brasileiros das regiões norte, centro-oeste e nordeste, é composta também pela Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname. Também, a região da América Latina e do Caribe pode ser considerada um sinônimo para o subcontinente latino-americano e caribenho. O conceito de região, assim, tem extrapolado o geográfico e instrumentalizado às relações internacionais no âmbito geopolítico global em diferentes temáticas; então, região, às vezes, pode se referir também aos blocos de países cujos territórios não são contíguos (ou vizinhos), este é o caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP, que se estende por 4 diferentes continentes (África, América do Sul, Ásia e Oceania), e, mesmo, dos BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, sendo, dessa forma, utilizada como um conceito mais abrangente e sinônimo de aliança de países que se identificam quanto a alguns elementos.

**Abaixo trazemos um infográfico para dar destaque ao estado da agenda de SSAN nos vários espaços de deliberação nas relações internacionais que, em diferentes estágios, têm se dedicado ao tema.**

## CELAC



Conta com a CELAC Social; plano de SSAN em discussão, sendo que todos os documentos da Comunidade sobre o tema falam do DHAA

## CPLP



Por meio do CONSAN prevê a sociedade civil como observadores consultivos, através do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil.

## REAF



Do MERCOSUL envolve representantes dos governos e da sociedade civil que participam como observadores, (a COPROFAM e organizações da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo - CLOC Via Campesina); entre suas decisões mais relevantes aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum, se encontram as resoluções que exigem dos países membros do Mercosul reconhecer e determinar políticas públicas diferenciadas para o financiamento da AF e camponesa na região, bem como promover a Década da AF; em seus documentos menciona a segurança alimentar, mas não há um posicionamento claro quanto ao DHAA.

## BRASIL - O CONSEA



O Consea - o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um órgão de assessoramento à Presidência da República, composto por de representantes da sociedade civil e  $\frac{1}{3}$  de governo, contando com representações de diferentes ministérios. O Consea atua principalmente na formulação de políticas e na definição de diretrizes para a garantia do direito humano à alimentação, e constitui um importante espaço de participação social na esfera institucional. Sua agenda internacional envolve intercâmbios, incidência em fóruns internacionais e manifestações via resoluções e exposições de motivos. Possui um Grupo de Trabalho de Agenda Internacional dentro da Comissão Permanente 1 “SISAN, monitoramento e macrodesafios internacionais” e um Grupo de Trabalho sobre Conflitos de Interesses.

<sup>1</sup><https://diplomatie.org.br/a-cupula-da-amazonia-e-o-combate-a-fome/>



## OTCA

Antes de 2023 o combate à fome endêmica nunca foi prioritário na Organização, apesar de ser mencionado em distintos momentos nos discursos oficial dos países; apesar de os Diálogos Amazônicos reunirem distintas organizações da sociedade dos países, não houve incidência delas na formulação das novas estratégias para a região em 2023 - relatório dos Diálogos Amazônico n.2 sobre SAN e saúde; o tema da fome é parte da Declaração de Belém dos Chefes de Estado e de governo que integram a Organização, sendo que atualmente discute-se um plano de SAN para os países amazônicos<sup>3</sup>.



## G20

O C-20 e o T-20 congregam diferentes organizações da sociedade civil e think tanks à rede do Grupo dos 20 países emergentes; sob a presidência brasileira (de 1 Dez de 2023 a 30 de Nov de 2024) constituiu-se a Força Tarefa para o estabelecimento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que tem sido proposta pelo presidente Lula.



## BRICS

A sociedade civil se reúne em distintos espaços (p.ex. os Fóruns Acadêmico, de Negócios, etc) para estimular a cooperação (people-to-people exchange); tema foi pautado duas vezes na Declaração de Joanesburgo II de agosto de 2023 (seções 'Parceria para um Multilateralismo Inclusivo', art. 9 e 'Parcerias para Aceleração do Crescimento' - art. 28)

## CSA



O Comitê de Segurança Alimentar da ONU é uma plataforma de governança global de alimentação intergovernamental. Tem em seu mandato as funções de produzir diretrizes voluntárias e recomendações políticas, coordenar e monitorar a sua aplicação. Desde de sua reforma em 2009 busca ser uma instância inclusiva e participativa com a participação da sociedade civil e povos indígenas, setor privado e instituições filantrópicas. Foi nesse momento que se constituiu o Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas para as relações com o CSA.

O presente infográfico destaca o estado da agenda de SSAN nos vários espaços de deliberação que integram as relações internacionais que, em diferentes estágios, têm se dedicado ao tema.

Com a retomada dos trabalhos do CONSEA no início de 2023, o Brasil participou da reunião do CONSAN-CPLP que antecedeu a reunião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade em São Tomé e Príncipe em agosto de 2023. Trata-se de um dos mecanismos no âmbito regional com maior avanço em termos de participação popular e de política de segurança alimentar e nutricional no Sul global, conforme relata Kota Mulanji, mulher negra brasileira conselheira do CONSEA presente no evento representando a sociedade civil brasileira.

Especificamente em nome do FBSSAN que juntamente à CONTAG integra o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho, Kota chama atenção para a importância da participação social no controle da agenda de SAN e da Estratégia de SAN para guiar a implementação das políticas nos países membros da Comunidade, bem como estimular a participação da sociedade, com destaque para as populações rurais, comunidades tradicionais e mulheres que estão expostas a maiores riscos de insegurança alimentar (INSAN). O Conselho tem sido importante no estímulo à agricultura familiar e produção agrícola para a alimentação, um contrapeso ao agronegócio e à mineração que avan-

çam rapidamente nos países do Sul global, sobretudo na África e na América Latina e o Caribe que possuem grande “riqueza” natural.

Entre os limites que se reconhecem para o fortalecimento desses espaços regionais de governança democrática compartilhados pela sociedade civil e governos para a promoção de políticas de SAN é a garantia de orçamento público governamental à custear/apoiar a participação social. Algo que é muitas vezes escasso e dependente do nível de riqueza dos países, ou seja, a sociedade civil do Sul global tende a ser minoritária se comparada ao dos países do Norte global. Além disso, a instabilidade dessa participação, que fica condicionada aos governos eleitos - o caso do governo Bolsonaro no Brasil é bastante emblemático de como uma eleição pode prejudicar a continuidade de um espaço democrático e regional intergovernamental.

Entre os potenciais dessa governança democrática regional estão os intercâmbios entre a sociedade civil dos países, como aquela estimulada pelos intercâmbios técnicos entre os países (vide o Centro Agropecuário em São Tomé e Príncipe a serviço da CPLP) e o fortalecimento de posições concertadas entre os diversos grupos da sociedade civil dos países para maior incidência nas agendas públicas nacionais, regionais e mesmo globais.



# 3

## A GOVERNANÇA NACIONAL DE SAN: O PAPEL DO BRASIL E DO CONSEA

A agenda internacional de SAN se relaciona também com a governança do tema a nível nacional. A esse respeito, o próprio arcabouço jurídico de SAN no Brasil, a partir da Losan, afirma que o Estado brasileiro deve promover a “cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional”. Nesse sentido, trata-se de entender a agenda de SAN como global, com importantes repercussões a nível nacional e buscar posicionamentos que assegurem e promovam as políticas nacionais de SAN.

Em 2023, o governo eleito colocou a política externa como pauta central para a recuperação da imagem e do protagonismo internacional do Brasil. A agenda de SAN, que voltou a ser prioridade no cenário nacional diante do aumento da fome e da insegurança alimentar, também passou a ser uma das principais frentes da atuação internacional do Brasil. Diante de uma governança global ameaçada pela captura corporativa e por um discurso de incapacidade ou enfraquecimento dos Estados, o Brasil afirma a fome como um problema político e um desafio global,

e busca medidas que envolvam toda a comunidade internacional para a sua superação.

Em termos práticos, a agenda externa de SAN se reflete em diferentes espaços regionais e globais dos quais o Brasil participa. Para além de espaços regionais já mencionados, como a CPLP, a CELAC e a REAF, onde o Brasil tem sido um dos principais responsáveis por colocar a temática de SAN no debate, há também uma ênfase específica em pautar essa agenda em espaços globais como o G20 ou fortalecer fóruns como o CSA. Neste último, trata-se de fortalecê-lo e legitimá-lo como um fórum fundamental para se discutir a SAN a nível global. Historicamente, o Brasil foi um dos principais defensores da centralidade do Comitê para a agenda multilateral de SAN, tendo sido um dos responsáveis por sua reforma em 2009, quando se tornou um dos espaços mais participativos do Sistema ONU, a partir da criação do Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas.

No CSA, um dos maiores desafios e motivos para o enfraquecimento está na baixa implementação de suas decisões nos países, o que gera um acúmulo

lo de decisões e, por sua vez, aumenta o desinteresse e o engajamento dos Estados. O Brasil, inclusive, não tem historicamente implementado decisões por ele negociadas no CSA. Além disso, há pouca conexão entre o Comitê de Segurança Alimentar e os demais comitês da FAO, o que também prejudica a implementação de suas agendas.

O Brasil também levará a agenda de SAN para o G20 durante seu período na presidência do órgão, e pretende inaugurar uma Aliança Global contra a Fome ao final do mandato, no fim de 2024. Contudo, de maneira a evitar mais uma instância paralela à FAO, ao CSA e aos órgãos multilaterais com o lançamento dessa aliança, a iniciativa não será um grupo de trabalho permanente, mas um força-tarefa temporária, que funcionará somente no período da presidência brasileira, e ao término, a continuidade dos trabalhos vai ser entregue a um órgão multilateral, possivelmente a FAO, para que dê continuidade, faça um monitoramento, enfim, e que dê o seguimento para qualquer decisão que venha a ser tomada sobre a criação dessa aliança.

Sendo a política externa uma política pública, ela também está inserida nas disputas sociais entre interesses e grupos distintos. A agenda de SAN, historicamente vinculada às mobilizações e lutas sociais no Brasil, não é exceção. A governança nacional em torno das políticas de segurança alimentar e nutricional tem no Consea seu principal espaço de articulação para a participação social em temas e agendas que

são eminentemente conduzidos pelo Itamaraty. Esse é o caso da Estratégia de SAN para a Cooperação sul-sul (técnica e humanitária), buscando mitigar conflitos de interesse, garantir dinâmicas intersetoriais, assegurar mais participação social e transparência nas prioridades de política externa, de forma que estejam alinhadas à Política Nacional de SAN.

A mobilização social em torno do tema é fundamental para direcionar o Brasil a posições de defesa de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e populares. Nesse sentido, é importante uma mobilização para fortalecer a democratização desses espaços (nacionais, regionais e globais) de controle social, com autonomia, recursos e capacidade de incidência real na agenda.



## CONCLUSÃO

Os temas discutidos na Oficina pelos expositores e debates versaram sobre a importância de garantir mais presença da sociedade civil na agenda de segurança alimentar e nutricional. Isso significa criar e fortalecer mecanismos para a democratização dos espaços de decisão. Essa estratégia, inclusive, é uma forma de evitar a captura corporativa dos sistemas alimentares por parte do interesse privado de grandes corporações multinacionais.

Assim, os espaços da governança foram tratados em três diferentes níveis de decisão: o global, o regional e o nacional. Ressaltamos a importância de reforçar alguns desses espaços institucionais de criá-los onde eles não existem ainda, com vistas a que desempenhem um papel de coordenação das respostas políticas, como é o caso do CSA e do CONSAN. Para tanto, é preciso garantir o compromisso financeiro dos países para com esses espaços, habilitando a participação de grupos da população seja na elaboração de marcos de ação, no monitoramento, seja na implementação de iniciativas junto a governos. Deve-se dar especial atenção aos grupos mais vulneráveis à fome e à insegurança alimentar que

são também os que estão à margem desses espaços decisórios e, muitas vezes, ficam apartados dessas discussões por não estarem habilitados técnica e economicamente para participar.

Além disso, discutiu-se sobre a capacidade da sociedade civil se envolver com a implementação e o acompanhamento das iniciativas nos espaços regionais. A cooperação e a articulação da sociedade civil junto a seus próprios governos, nos diferentes países e regiões, tem grande potencial para influenciar planos e espaços globais, uma vez que as alianças políticas são poderosas estratégias no meio internacional. Também, a articulação intersetorial dessa agenda se torna essencial diante de uma sindemia global - uma combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas decorrentes de um sistema agroalimentar global baseado em monoculturas, no uso de produtos químicos como agrotóxicos e fertilizantes para adaptação de cultivos e na lógica produtivista do setor privado, dentre outros fatores sociais e políticos.

Isso requer uma complexa coordenação de distintas entidades governamentais,

sociais e intergovernamentais. Um desafio cada vez mais urgente, tendo em vista que se reconhece a necessidade de se romper as bolhas temáticas e de trabalhar a partir dos nexos saúde, alimentação, mudanças climáticas, diversidade cultural, inclusive nos espaços de negociação multilateral. Daí a importância da identificação, do mapeamento e do fortalecimento de parcerias entre os governos e os distintos grupos da sociedade civil que se legitimam e disputam narrativas e recursos no âmbito dessa agenda.

Tendo em vista isso, as principais mensagens da Oficina quanto à captura corporativa da agenda de SAN são:

**Democratização de espaços de governança nos distintos níveis: nacional, regional e global, criando sinergia entre eles, ou seja, garantindo que eles sirvam de reforço mútuo e contra a troca de governo e o retrocesso das políticas sociais e dos direitos humanos - como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);**

**Compromisso dos Estados e governos com o apoio, inclusive financeiro, à participação da sociedade civil nesses espaços respeitando e garantindo a diversidade de organizações da sociedade civil;**

**Esforço coletivo para transformar esses espaços de decisão em formato inclusivos e para trazer para eles populações mais vulneráveis e excluídas;**

### **Criação de marcos regulatórios para prevenção e mitigação de conflitos de interesse em espaços internacionais de governança.**

Todos esses temas são de grande importância para evitar ou mitigar a captura da agenda de SAN por parte das grandes corporações multinacionais. Em especial, tratamos da importância de fortalecer a participação popular na FAO, mediante o CSA, nas conferências regionais e no conselho da FAO.



**Edição:** Kaio Rodrigues (FBSSAN), Marina Caixeta (ASUL) e André Luzzi (Fórum Paulista de SSAN)

**Mediação da Oficina:** Renato Maluf (FBSSAN)

**Falas Inspiradoras:** Kota Mulangi (FBSSAN), Elisabetta Recine (Consea), Saulo Ceolin (MRE) e Sofia Monsalve (Fian Internacional), Melissa Pomeroy (ASUL)